

A
ta da Setegeima Segunda Sessão
Ordinária do Segundo Período Legis-
lativo da Câmara Municipal de Ca-
bo Frio, realizada no dia 19 (dez-
e nove) de dezembro do ano de 2006
(dez mil e seis).

Às dezoito horas do dia 19 (deznoze)

de dezembro de 2006 (dez mil e seis) sob a Presidência do Vereador
Guilherme dos Reis, com a participação da Câmara Legislativa pelo Vereador
Silviano de Freitas, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Olívio Dennis representou a chamada, respectivamente, o secretário
de Administração, Célia Braga de Oliveira, Alexandre Velloz, José Anna, Alfredo
Vaz, Noávia Gonçalves, Fábio dos Santos Bandeira, Jordan Góeski e o Dr.
Jeferson Geraldo, Silviano dos Reis, Paula Schoniger Corrêa da Sant'Anna
Loureiro, Schwindt Coenello, Silviano dos Reis e Valéry Rodrigues da Silva
(apresentando número regimental), o Senhor Presidente abriu a re-
união com o nome de Deus. Os requerimentos foram lidos e aprovados
os seguintes Atos: Ata da Setegeima Sessão Ordinária
do Segundo Período Legislativo e Ata da Trigésima Sessão Ordinária
Extraordinária do Segundo Período Legislativo. Nas havendo Expediente
para ser lido, o Senhor Presidente houve a Tribuna aos Verea-
dores, imediatamente expôs a Tribuna como único Drátor imerto e vira-
dor fértil dos Vereadores que singularmente comentou sobre o projeto
de lei de Iniciativa Popular nº 043/2006, depositado sobre a Exposição
da Cobrança do Imposto de Iluminação Pública, destacando que nenh
um projeto de lei possui uma bandeira de Campanha e luta política, mas
defendendo algo que acredita. Continuando, reportou-se ao ano de
1980, enfatizando que ocorreu fora o ano da edição da Lei Orgânica
do Município e segundo pareceres estabelecidos pelo Conselho Cons-
titucional de 1988, foi introduzida na Lei Orgânica o artigo da inicia-
lização popular como forma de legislar. Nesse sentido, que Misses Guimarães
denominava a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã, visto que el
eratizou as garantias individuais. Prosseguindo, discorreu sobre a dila-
ção militar, observando que o fato se margeou durante 21 anos finan-

palmente em seu período mais cruel, chamado de anos de chumbo, no inicio dos anos setenta com a edição do AI-5, não que Lula fosse sempre oponente nas suas propostas e sempre representado por homens que participaram do processo de domínio. Glauber alega a necessidade intensificação da fundação Pública Vargas, ressaltando que suas propostas se implementaram com a sua chegada. Lula respondeu a questão e grandeza da mesma, que ainda assim, deve ser comparada a combinação que era monarquia, senado e atual. Continua dizendo que a fundação viveu a expectativa da eleição de uma mulher, Deputada Rosângela Rangel, para dirigir a França e que fundamentalmente seu discurso na "a fundação" (sic) da sociedade é partiu de um novo modelo de representação, visto que a atual democracia representativa não mais representa os interesses. Glauber, respondeu a questão antiga da Bíblia sagrada, demonstrando a heterodoxia com que foram tomadas as discussões onde os estudiosos reuniram-se em pleno público para grandiosos debates. Começou a falar sobre o nível de informalização do Brasil, mencionando que o país era o único que tinha as discussões mais rápidas e rápidas do mundo através de uma urna eletrônica, esta implementada por houve. Falou ainda sobre a fraude eleitoral nos EUA, que mesmo tendo uma poluição mundial ainda utilizava o sistema de papel, cobrando inclusive sob suspeita a votação do presidente Bush nos últimos anos, em virtude do sistema acústico. Falou da informalização da participação política da sociedade que em muitos países havia ao longo de décadas como exemplo a União Soviética que chamava a população a decisões maiores através de referendos e plebiscitos. Lembrando também de reiterando que frequentemente decidia sobre a compra de armas no Brasil. disse que no Brasil havia decisões que foram feitas através da iniciativa popular que mobilizou os segmentos sociais brasileiros, uma desordem quando as regras eleitorais e outras sobre crimes hediondos dando o último levado ao Congresso Nacional das milhares de anônimos que enfatizou que ele próprio sempre estava e sempre estaria com as portas de seu gabinete aberto para quem quer que fosse ou fizesse a Constituição de sua natureza popular. disse que o mandado popular apesar de reiterado quando manteve um canal aberto de comunicação com todos os que queriam da sociedade. Glauber, reiterou sua alegria e satisfacção, impondo-se de que havia sido dada a Câmara votava o projeto de lei de iniciativa popular, que era uma nova e era implementada que

bidos re evolução e democracia. Porque, disse que segundo pesquisas realizadas, os embates com menor credibilidade no Brasil eram o político, Congresso Nacional e Casas legislativas. O segredo comentou sobre o escândalo implacável divulgado na mídia nacional da "máfia azul" e a discussão quanto o reajuste de noventa e um horizonte autoritário definido pelos deputados e senadores. Continuando faleu de sua felicidade em participar da nova fase da política de Kubitschek, sublinhando que durante o mandato da Casa Legislativa permaneceu hodiernamente exercendo uma nova fase na história político da cidade. Que, que o reconhecimento da inovação popular servava a ser um instrumento obninho da forma de legislar, no que encarna sua filosofia. Nada havendo mais deputados inseridos para o uso da tribuna, o Deputado Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa, foi resulgido por nove votos a favor o Projeto de lei nº 043/2003 de Inovação Popular, que revogava o de nº 1651 de 27 de dezembro de 2002. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus, para comemorar, mandou que se fizesse o presente ato, que depois de lido, submetido a aprovação Plenária, aprovado, será elaborado para que se produza suas efeitos legais.

Ata da
Ordinária do Segundo Período de
atividades da Câmara Municipal de
Goiânia, realizada no dia 21 (vinte e um) de dezembro do ano de
2006 (dois mil e seis)

As ditas horas do dia 21 (vinte e um) de dezembro do ano de 2006 (dois mil e seis) sob a presidência
do Deputado Aécio Neves da Rocha, e com o auxílio da Imunidade
estatal dos vereadores José Bachado de Faria, Renato e Ordinariamente
a Câmara Municipal de Goiânia, Gilmário, responderam a chamada
representante os representantes: Paulo Henrique da Gama, Alcides,